

O PRINCÍPIO DA SOLIDARIEDADE E SUA EFETIVIDADE NO CUSTEIO DA SEGURIDADE SOCIAL BRASILEIRA

Autor(res)

Rafaela Benta De Almeida Ana Maria Barbosa Isabelle Cristiane Medeiros Dos Santos

Categoria do Trabalho

1

Instituição

FACULDADE ANHANGUERA DE BRASÍLIA

Introdução

A Constituição Federal de 1988 consagra a seguridade social como um dos pilares do Estado Democrático de Direito, assegurando, nos termos do artigo 194, uma rede de proteção social formada pelos direitos à saúde, à previdência e à assistência social. Para viabilizar esse sistema, o constituinte estabeleceu o modelo de custeio baseado na solidariedade, no qual todos - Estado, empregadores e trabalhadores - contribuem, direta ou indiretamente, para sua manutenção. No entanto, nas últimas décadas, o princípio da solidariedade tem sido tensionado por mudanças econômicas, desonerações fiscais e reformas legislativas que comprometem sua efetividade no financiamento da seguridade. Este trabalho busca analisar a aplicação concreta desse princípio no custeio do sistema e refletir sobre os riscos de seu esvaziamento.

Objetivo

Analisar a efetividade do princípio da solidariedade no custeio da seguridade social brasileira, à luz da Constituição Federal de 1988 e da prática tributária e fiscal do Estado brasileiro.

Objetivos específicos:

- Examinar a previsão normativa e a fundamentação do princípio da solidariedade no Direito Constitucional e Previdenciário:
- Investigar se a estrutura atual de financiamento da seguridade respeita esse princípio;
- Refletir sobre os impactos das renúncias fiscais e da informalidade na sustentabilidade solidária do sistema.

Material e Métodos

A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, de natureza exploratória e teórica, fundamentando-se em revisão bibliográfica e análise documental. Foram examinadas fontes constitucionais e infraconstitucionais, bem como obras doutrinárias de autores consagrados no campo jurídico, relatórios técnicos elaborados pela Receita Federal e estudos produzidos por entidades de reconhecida relevância, como a Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (ANFIP). Além disso, foram considerados pareceres emitidos pelo Tribunal de Contas da União (TCU) e artigos publicados em periódicos acadêmicos especializados, que contribuíram para o aprofundamento teórico da temática.



Complementarmente, a pesquisa inclui levantamento e análise de jurisprudência, com especial atenção às decisões proferidas pelos tribunais superiores, como o Supremo Tribunal Federal (STF) e o Superior Tribunal de Justiça (STJ), a fim de identificar entendimentos consolidados e orientações jurisprudenciais predominantes sobre a matéria. A consulta a acórdãos e precedentes qualificados permitiu compreender como os tribunais têm interpretado e aplicado os dispositivos legais pertinentes, fornecendo subsídios relevantes para a discussão crítica e contextualizada do tema abordado.

Resultados e Discussão

A análise realizada evidenciou que, embora o princípio da solidariedade esteja formalmente previsto na Constituição, sua efetividade no custeio da seguridade social encontra-se comprometida. O modelo quadripartite pressupõe repartição equitativa entre Estado, empregadores, trabalhadores e sociedade. No entanto, práticas como a concessão crescente de renúncias fiscais, sem a devida compensação, fragilizam a arrecadação e desrespeitam o pacto solidário.

Relatórios da Receita Federal (2023) e da ANFIP apontam que uma parcela significativa das receitas previdenciárias é comprometida por isenções fiscais que não resultam em retorno social efetivo. Além disso, a informalidade no mercado de trabalho e a regressividade tributária aumentam o peso dos tributos sobre os mais pobres, deslocando o ônus da proteção social para os que menos têm capacidade contributiva.

Esse cenário contribui para o desequilíbrio financeiro do sistema, ampliando a percepção de déficit e servindo de justificativa para reformas que, muitas vezes, priorizam o ajuste fiscal em detrimento da justiça social. A atuação dos órgãos de controle torna-se essencial para garantir que as contribuições sejam feitas de forma correta e justa, protegendo tanto os cofres públicos quanto os direitos sociais da população.

A preservação do princípio da solidariedade exige uma reavaliação das atuais políticas de financiamento da seguridade, com maior justiça fiscal e ampliação da base contributiva. Sem isso, o sistema corre o risco de esvaziamento e perda de sua função essencial como instrumento de justiça social e inclusão.

Conclusão

Embora a solidariedade esteja formalmente assegurada na Constituição, sua efetividade no custeio da seguridade social enfrenta sérios desafios. A erosão da base contributiva, os benefícios fiscais sem compensação e a regressividade tributária comprometem o equilíbrio e a justiça distributiva do sistema. A preservação desse princípio exige uma reavaliação das políticas de financiamento da seguridade,

com ampliação das fontes contributivas e redistribuição mais equitativa do ônus fiscal, sob pena de colapso do pacto constitucional de proteção social.

Referências

ANFIP. Análise da Seguridade Social: 2023. Brasília: Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil, 2023.

BERWANGER, Jane Lucia Wilhelm. Direito Previdenciário. 21. ed. São Paulo: Método, 2020.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

RECEITA FEDERAL DO BRASIL. Relatório de Gastos Tributários: 2023. Brasília: Ministério da Fazenda, 2023.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. ARE 1.224.327. Relator: Min. Dias Toffoli. Julgado em 27 set. 2019. Disponível em: https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=424872. Acesso em: 22 abr. 2025.